

EDUCAÇÃO BASEADA EM PROJETOS

Transparência em jogo: fiscalizar também é cidadania

Caderno do professor



Roteiros
pedagógicos para
trabalhar **democracia**
no ensino médio



FUNDAÇÃO

FERNANDO
HENRIQUE
CARDOSO

Caro(a) professor(a)

A escola é um espaço fundamental para promover a emancipação dos estudantes e fortalecer sua participação política e cidadã. Além de desenvolver competências intelectuais, ela deve incentivar nos jovens a habilidade de analisar informações criticamente e refletir sobre o funcionamento das instituições e o papel da democracia em nossa sociedade.

Em um cenário de polarização, a escola também assume o compromisso de valorizar a diversidade e criar ambientes em que os estudantes possam conviver com diferentes perspectivas e aprender a respeitá-las. Ao estimular o diálogo, a escola amplia a compreensão dos fenômenos sociais e contribui para formar cidadãos engajados e conscientes, preparados para os desafios do mundo atual.

Com esse propósito, o **Instituto Porvir** e a **Fundação FHC** criaram roteiros pedagógicos para apoiar o desenvolvimento de projetos voltados à democracia e à participação social. O material traz propostas práticas que ajudam os estudantes a entender, de forma concreta, como a sociedade pode fiscalizar e cobrar uma gestão pública transparente.

Baseado na metodologia da Aprendizagem Baseada em Projetos (PBL, na sigla em inglês para Project-Based Learning), o conteúdo oferece recursos e atividades que facilitam a abordagem do tema em sala de aula. Cada etapa foi cuidadosamente estruturada para promover a participação ativa dos estudantes, o trabalho colaborativo e o desenvolvimento de competências essenciais.

Para apoiar a implementação do projeto em sala de aula, organizamos o conteúdo em duas partes:

Material do(a) Professor(a): apresenta o contexto do projeto e orientações completas para sua aplicação.

Material do Estudante: oferece instruções específicas para os alunos, com linguagem acessível e atividades práticas.

Sugerimos que as instruções sejam compartilhadas com os estudantes aos poucos, conforme cada etapa for avançando. Isso favorece a assimilação do conteúdo em partes, promovendo uma aprendizagem mais significativa, reflexiva e engajada.

Fique à vontade para adaptar o material conforme as características da sua turma. Cada grupo é único, e suas adaptações certamente tornarão a experiência ainda mais rica e conectada com a realidade dos alunos.

Este projeto vai além da teoria – é uma vivência transformadora, em que os estudantes aplicam conhecimentos, desenvolvem pensamento crítico e aprendem a colaborar. Assim, se preparam não apenas como aprendizes, mas como cidadãos ativos, capazes de contribuir para uma sociedade mais justa, participativa e consciente. Temos certeza de que essa jornada trará impactos positivos e duradouros para todos os envolvidos.

O que é a Aprendizagem Baseada em Projetos (PBL)?

A Aprendizagem Baseada em Projetos (PBL, do inglês Project-Based Learning) é uma metodologia educacional que convida os estudantes a se envolverem em iniciativas autênticas e relevantes, nas quais podem aplicar conhecimentos e desenvolver habilidades de maneira prática e conectada ao seu cotidiano.

Essa abordagem traz uma série de benefícios para o processo de ensino e aprendizagem:

- **Maior engajamento:** os projetos despertam a curiosidade e motivam os estudantes, ao conectá-los com temas que fazem sentido em suas vidas. Ao assumirem um papel ativo no próprio processo de aprendizagem, o interesse e o envolvimento aumentam consideravelmente;
- **Aplicação no mundo real:** a proposta permite que os alunos utilizem o que aprendem em contextos concretos, aproximando o conteúdo escolar da realidade em que vivem. Isso torna o aprendizado mais relevante e duradouro;
- **Desenvolvimento de competências-chave:** ao longo dos projetos, os estudantes exercitam habilidades essenciais como pensamento crítico, resolução de problemas, colaboração, comunicação e criatividade – capacidades indispensáveis para a vida em sociedade e o mundo do trabalho;
- **Integração entre áreas do conhecimento:** a metodologia favorece o trabalho interdisciplinar, conectando diferentes disciplinas e ampliando a compreensão dos conteúdos por meio de múltiplas perspectivas;
- **Autonomia e protagonismo:** ao conduzir projetos, os estudantes aprendem a tomar decisões, organizar seu tempo e acompanhar seu próprio progresso, fortalecendo a autorregulação e o senso de responsabilidade;
- **Estímulo à criatividade e à inovação:** os desafios propostos incentivam os estudantes a explorar ideias originais e encontrar soluções criativas para problemas complexos, desenvolvendo uma postura investigativa e inovadora.

Como aplicar a Aprendizagem Baseada em Projetos (PBL)?

Existem diferentes maneiras de aplicar a Aprendizagem Baseada em Projetos. Apresentaremos aqui um dos formatos possíveis:

- **Passo 1 - Investigação:** os estudantes são apresentados a um problema ou questão desafiadora, que desperta sua curiosidade e os motiva a buscar soluções.
- **Passo 2 - Definição do problema:** com mediação do(a) professor(a), a turma delimita o foco do projeto e formula uma pergunta norteadora, que direcionará toda a investigação;
- **Passo 3 - Ideação:** os estudantes são incentivados a elaborar ideias criativas e inovadoras para resolver o problema ou desafio identificado;
- **Passo 4 - Planejamento:** as ideias geradas se transformam em um plano estratégico;
- **Passo 5 - Execução:** as melhores ideias são organizadas em um plano de ação, definindo tarefas, prazos e responsabilidades para colocar a solução em prática.
- **Passo 6 - Socialização:** os resultados e conhecimentos adquiridos são compartilhados.

Tenha um plano B

Ao longo deste percurso pedagógico, serão apresentadas propostas e sugestões de atividades para trabalhar o tema com os estudantes. Contudo, é normal que surjam obstáculos durante o processo. Se enfrentar dificuldades, lembre-se: a flexibilidade e a criatividade são suas aliadas. Esteja aberto a ajustar rotas e testar novas abordagens com sua turma.

Desafio	Possível solução
Falta de engajamento dos alunos	<ul style="list-style-type: none">• Ouça os estudantes e incorpore seus interesses ao projeto;• Estabeleça metas de curto prazo para manter a motivação;• Se necessário, ajuste o foco do projeto para algo mais flexível e relevante para a turma.
Tempo para a execução do projeto	<ul style="list-style-type: none">• Combine etapas do projeto (ex.: integrar pesquisa e planejamento);• Priorize as atividades essenciais (conforme sugestões de adaptação no final deste material).

Índice

Ficha técnica	7
Sensibilização	9
Desenvolvimento	12
Passo 1: Investigação	14
Passo 2: Definição do problema	22
Passo 3: Ideação	27
Passo 4: Planejamento	31
Passo 5: Execução	35
Passo 6: Socialização	39
Avaliação	41

Ficha técnica

Anos: 1º ao 3º
ensino médio

Aplicação:
cerca de 10 aulas

Objetivos de aprendizagem:

- Analisar a importância da participação cidadã e dos mecanismos de controle como formas de fortalecer a democracia.
- Identificar os mecanismos e instrumentos legais (como a Lei de Acesso à Informação) que permitem a fiscalização do uso dos recursos públicos.
- Investigar o papel de diferentes atores (imprensa, sociedade civil, cidadãos) na vigilância e cobrança por uma gestão pública responsável.
- Propor e implementar ações concretas que promovam a transparência e o controle social no ambiente escolar e na comunidade, incentivando a participação cidadã.

Área do Conhecimento, Competências e Habilidades Específicas, segundo a BNCC:

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

- **Competência 1:** Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.

Habilidades

- **(EM13CHS103):** Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas etc.).

Linguagens e suas Tecnologias

Competência 1

Compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas culturais (artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias, para ampliar as formas de participação social, o entendimento e as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade e para continuar aprendendo.

Habilidades:

- (EM13LGG101) Compreender e analisar processos de produção e circulação de discursos, nas diferentes linguagens, para fazer escolhas fundamentadas em função de interesses pessoais e coletivos.

Competência 3

Utilizar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) para exercer, com autonomia e colaboração, protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o outro e promovam os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global

- (EM13LGG304) Mapear e criar, por meio de práticas de linguagem, possibilidades de atuação social, política, artística e cultural para enfrentar desafios contemporâneos, discutindo seus princípios e objetivos de maneira crítica, criativa, solidária e ética.



Sensibilização

Antes de iniciar as etapas da Aprendizagem Baseada em Projetos (PBL), é fundamental envolver os estudantes com o tema que será explorado. Uma das estratégias mais eficazes para essa sensibilização é o storytelling – técnica de narrativa que utiliza histórias envolventes e conectadas às vivências dos alunos. Ao despertar emoções e promover identificação, essa abordagem contribui para gerar interesse, empatia e engajamento desde o início do projeto.

O uso de narrativas permite contextualizar o problema de forma próxima da realidade dos estudantes, ajudando-os a compreendê-lo de maneira mais concreta e pessoal. Essa história pode ser contada oralmente, em texto, por meio de vídeos, imagens ou até mesmo encenações. O mais importante é que ela construa um cenário significativo e provoque reflexões iniciais que impulsionem as próximas fases do trabalho.

O texto “De Olho no Poder: uma história que poderia ser sua”, disponível no Caderno do Estudante, é uma sugestão de narrativa que pode ser usada no início do projeto. Ele coloca o estudante em contato com situações comuns em que a falta de transparência, o uso inadequado do dinheiro público ou a ausência de fiscalização afetam diretamente a vida da comunidade.

Além desse recurso, outras abordagens podem ser empregadas para sensibilização:

- Simulação de dilemas éticos, em que o grupo precisa decidir o que fazer diante de um indício de corrupção local.
- Análise de notícias ou manchetes reais, que envolvam controle público ou iniciativas de participação ativa.
- Roda de conversa sobre confiança nas instituições públicas: o que sabemos? No que acreditamos? O que é possível mudar?

Essas estratégias têm como função preparar os estudantes para se reconhecerem tanto como afetados pelos problemas quanto como agentes das soluções. Quando compreendem que questões como transparência e controle social não são abstrações distantes, mas sim aspectos que influenciam diretamente seu dia a dia na escola e na comunidade, os alunos naturalmente desenvolvem um engajamento mais autêntico e motivado, demonstrando maior autonomia e senso de propósito ao avançar nas etapas do projeto.

“De Olho no Poder: uma história que poderia ser sua”

Imagine que, em sua cidade, uma escola pública aguardou por mais de um ano a reforma prometida. Anunciaram telhado novo, ventiladores em todas as salas e quadra coberta. Cartazes com o valor da obra foram fixados na entrada e o projeto ganhou destaque no jornal local, com políticos posando sorridentes ao lado dos estudantes.

Os meses se passaram e a obra mal foi iniciada, sendo abandonada sem qualquer explicação oficial. Os alunos continuaram assistindo às aulas em salas abafadas, com goteiras no teto e sem condições mínimas de infraestrutura. Educadores e familiares ficaram sem informações sobre o cronograma, reforçando a sensação de descaso.

Um dia, uma moradora do bairro, mãe de um estudante, decidiu investigar o atraso na reforma. Ela constatou que o dinheiro para a obra havia sido liberado e que tudo estava registrado em um portal do governo. Usando a [Lei de Acesso à Informação](#), apresentou um pedido formal para obter cópias dos documentos que comprovassem a aplicação dos recursos. Descobriu, então, que parte do valor foi pago a uma empresa com histórico de abandono de obras públicas. O caso tornou-se denúncia, chegou ao Ministério Público e motivou a investigação daquela contratada.

Essa história se repetiu em muitas cidades e poderia acontecer na sua. Ela nos faz pensar em várias questões: Quem percebeu o problema? Quem agiu? Onde estão os dados? Por que tanta gente deixou passar? Quem fiscaliza os gastos públicos? Por que tantas decisões são tomadas sem a participação de quem mais será afetado? E você, já procurou saber como o dinheiro público é usado?

Em um país democrático, a transparência é um direito. Todo cidadão tem o poder de questionar, acompanhar e exigir explicações. É por isso que existem instrumentos legais criados para fortalecer o controle institucional e viabilizar o controle social, em que a própria sociedade acompanha, fiscaliza e cobra. A democracia vai muito além do voto: exige olhos atentos, perguntas feitas na hora certa e pessoas que não se contentam com promessas vazias. Mas esses mecanismos só funcionam quando são conhecidos e acessíveis, e quando a fiscalização não está restrita às instituições, mas também é exercida por organizações não governamentais (ONGs), coletivos, movimentos sociais, conselhos locais, cidadãos e estudantes.

Ao longo da história do Brasil, passamos por um período de autoritarismo e, na redemocratização, criamos ferramentas para reforçar a prestação de contas do poder público. Quanto mais mecanismos de controle social surgiram, mais escândalos vieram à tona — o que não significa necessariamente mais corrupção, mas maior capacidade de investigar e denunciar.

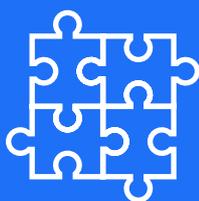
Ainda assim, há limites e riscos: leis podem ser usadas com fins políticos, controles exagerados podem travar avanços, e discursos “anticorrupção” podem mascarar outras intenções. Por isso, analisar dados, interpretar documentos públicos, entender os princípios da moralidade administrativa e saber onde buscar informação são competências essenciais a qualquer cidadão. A democracia não se sustenta apenas no voto: precisa de vigilância, questionamento, participação e atitude.

E onde tudo isso começa? Na escola.

O ambiente escolar desempenha um papel de destaque na construção de uma cultura de transparência. Quando o estudante aprende a interpretar gastos, participa de uma audiência pública, propõe soluções ou acessa um portal de dados oficiais, está exercendo sua cidadania ativa.

Neste projeto, você será convidado(a) a investigar o que está ao seu redor: acessar informações públicas, analisar dados, identificar problemas, levantar perguntas e propor soluções. A proposta é mostrar que há pessoas fazendo diferença: familiares que denunciam, estudantes que participam de audiências, professores que ensinam a interpretar um contrato público e jovens que criam iniciativas de fiscalização comunitária.

Mais do que estudar o tema, a ideia é descobrir que fiscalizar o uso do poder é uma forma poderosa de exercer a cidadania.



Desenvolvimento

Depois de refletir sobre o papel da transparência e da fiscalização na vida pública e de perceber que essas questões estão mais próximas do cotidiano do que imaginávamos, chegou o momento de os estudantes colocarem as mãos na massa. Nessa etapa, serão convidados a investigar, levantar perguntas, analisar dados e pensar em formas de promover o controle social de modo ativo e crítico.

É fundamental que o(a) professor(a) assegure um ambiente de diálogo respeitoso, ético e comprometido com a justiça social. Transparência pública e controle social não são temas neutros: envolvem conflitos de interesse, desigualdades históricas e disputas de poder. Por isso, deve ser feito um esforço para garantir que os debates não reforcem estereótipos nem silenciem vozes.

Para organizar o trabalho, sugerimos seis etapas fundamentais: investigação; definição do problema; ideação; planejamento; execução; e socialização. Cada fase ajuda os estudantes a

compreender como os recursos públicos são geridos, quem os fiscaliza e quais mecanismos estão disponíveis. Mais importante ainda, orienta-os a participar ativamente da vida pública e democrática da escola, do bairro, da cidade e do país.

Durante o projeto, o professor pode propor temas como:

- a origem e o papel dos órgãos de controle no Brasil, como o Ministério Público (MP), o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU);
- as leis que regem a administração pública, como a Lei de Acesso à Informação (LAI), a Lei da Ficha Limpa e a Lei de Improbidade Administrativa;
- o papel da imprensa e da sociedade civil na vigilância do poder;
- os impactos da corrupção em serviços essenciais, como educação, saúde e transporte;

- as ferramentas disponíveis para acessar dados, fiscalizar gastos e cobrar ações, como o Portal da Transparência, os conselhos locais e as audiências públicas;
- que tipo de controle é legítimo e quais riscos surgem quando esse controle é distorcido para perseguir, excluir ou concentrar poder.

DICA

A linha do tempo **“Transparência e Controle: avanços e recuos do combate ao mau uso dos recursos públicos”**, elaborada pela Fundação FHC, é um ótimo recurso para usar como referência e se aprofundar nestes temas.

Ao longo das etapas, é importante reforçar que os estudantes não estão apenas aprendendo sobre política ou cidadania, mas também desenvolvendo habilidades fundamentais para a vida: análise crítica, empatia, leitura de contextos, escuta ativa, argumentação, colaboração e criatividade.

Mais do que imaginar soluções distantes, o projeto convida os estudantes a observar o que acontece ao seu redor (na escola, no bairro, na cidade) e a refletir sobre formas possíveis de intervir, monitorar, acompanhar e propor melhorias concretas.

A proposta é que, ao final do processo, os alunos não apenas compreendam os conceitos, mas percebam que possuem ferramentas, repertório e legitimidade para participar ativamente do debate público.

Vamos começar estimulando a investigação?



Passo 1:

Investigação

A investigação é a etapa que aprofunda os conhecimentos sobre a temática trabalhada. O objetivo é garantir que os estudantes consigam ultrapassar a compreensão superficial do tema, aproximando-se dos desafios vivenciados pelas pessoas diretamente impactadas pelas questões em pauta.

Uma investigação bem-sucedida capacita os estudantes a formular propostas que respondam de maneira concreta às necessidades das pessoas afetadas.

Pesquisa inicial

O objetivo da pesquisa inicial é assegurar que os estudantes compreendam o vocabulário básico e comecem a explorar as questões fundamentais que serão abordadas ao longo do projeto.

Para que consigam ir além do senso comum e de concepções pré-estabelecidas, é importante que o professor acompanhe cada etapa da atividade, orientando as pesquisas e mediando as discussões.

Atividade 1 – Como conquistamos o direito de saber

O objetivo da atividade é investigar marcos históricos e políticas públicas que consolidaram o direito de acesso à informação no Brasil, compreendendo a importância da transparência e do controle social como práticas democráticas. Como produto final, será produzida uma linha do tempo colaborativa, física ou digital, com os principais marcos históricos selecionados pelos grupos.

ETAPA 1 – Pergunta disparadora

Inicie a atividade convidando os estudantes a investigarem o tema, usando perguntas como:

- Você sabia que qualquer pessoa tem o direito de pedir informações ao governo?

- Esse direito sempre existiu?
- Como será que ele foi conquistado?

Vamos descobrir, em grupo, como o Brasil construiu o direito à transparência pública e ao controle social ao longo da sua história.

ETAPA 2 – Exploração da linha do tempo

Utilizando como base a [linha do tempo “Transparência e controle social”, da Fundação FHC](#), divida os estudantes em pequenos grupos (de três a cinco pessoas). Cada grupo vai explorar a linha do tempo para responder a um desafio de investigação (como veremos a seguir) e selecionar pelo menos dois marcos históricos considerados essenciais.

ETAPA 3 – Desafio de investigação

Cada grupo escolhe ou sorteia um dos desafios abaixo:

Desafio 1 – As leis que garantem o nosso direito

- Quais foram as leis mais importantes que garantiram o acesso à informação pública no Brasil?
- Em que ano foi criada a Lei de Acesso à Informação (LAI)?
- O que essa lei garante aos cidadãos?

Desafio 2 – A pressão da sociedade civil

- Quais movimentos sociais ou organizações pressionaram por mais transparência pública?
- Como a sociedade ajudou a conquistar esse direito?
- Que papel a imprensa e os jornalistas tiveram nesse processo?

Desafio 3 – A criação de ferramentas públicas

- Quando surgiram ferramentas como o Portal da Transparência ou o e-SIC?
- Por que essas ferramentas são importantes?
- Quem pode usá-las?

Desafio 4 – Transparência e combate à corrupção

- Quais investigações ou operações mostraram a importância de saber como o dinheiro público é usado?
- Como o acesso à informação pode ajudar a combater o mau uso dos recursos?

ETAPA 4 – Produção de material coletivo

Após a escolha/sorteio, cada grupo deve:

- Selecionar **dois marcos históricos** da linha do tempo que ajudem a responder o seu desafio.
- Escrever uma breve explicação (de três a cinco linhas) para cada marco, em linguagem clara.
- Ilustrar cada marco com um símbolo, ícone ou imagem.

Com o material em mãos, chegou o momento de produzir a linha do tempo colaborativa. Ela pode ser realizada tanto em um painel físico (com cartolinas e post-its) como por meio de um mural digital (utilizando ferramentas como Padlet, Canva, Jamboard ou Google Slides)

ETAPA 5 – Apresentação e conversa final

Cada grupo apresenta seus marcos escolhidos e compartilha por que eles são importantes.

Perguntas disparadoras para a roda de conversa:

- O que mudou com essas conquistas?
- Quem se beneficia quando há mais transparência?
- Quais riscos enfrentamos quando esse direito é desrespeitado?

Para fechar a atividade, estimule que os estudantes, em conjunto, elaborem uma frase-síntese para a investigação. Ela pode ser escrita à mão, em cartaz, ou projetada digitalmente. Por exemplo:

“Conhecer o passado é o primeiro passo para fiscalizar o presente e construir um futuro mais justo.”

Observações

- Essa atividade é uma base essencial para a etapa seguinte: investigar uma escola pública com base na Lei de Acesso à Informação.
- Incentive os estudantes a fazer conexões entre os marcos históricos e a realidade atual do bairro ou da escola.
- Você pode adaptar os desafios conforme o tempo disponível e o perfil da turma.

Atividade 2 – Investigando a escola – O que a gente tem direito de saber?

O objetivo desta atividade é estimular a compreensão da Lei de Acesso à Informação (LAI) a partir de situações relacionadas ao cotidiano escolar, promovendo o exercício da cidadania ativa com base na transparência.

ETAPA 1 – O que é a LAI?

A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) garante a qualquer cidadão o direito de solicitar informações públicas de órgãos governamentais em todas as esferas: federal, estadual e municipal. A lei foi resultado de pressões da sociedade civil e é inspirada em experiências internacionais de governos mais abertos.

A LAI é um instrumento que fortalece a democracia, promove o controle social e a prestação de contas.

Princípios importantes da LAI:

- A regra é o acesso; o sigilo é a exceção;
- Qualquer pessoa pode solicitar informações, sem necessidade de justificativa;

- Os órgãos públicos devem responder em até 20 dias, prorrogáveis por mais 10;
- O descumprimento da LAI pode acarretar sanções administrativas.

Sugestão de vídeos introdutórios:

- [Lei de Acesso à Informação - Câmara dos Deputados](#)
- [Lei de Acesso à Informação - CGU](#)

Roda de conversa breve:

- Por que o acesso à informação pública é importante em uma democracia?
- Será que podemos descobrir como o dinheiro público é investido nas escolas?

ETAPA 2 – Escolhendo uma escola pública para investigar

O objetivo desta etapa é aproximar os estudantes da realidade das escolas públicas e desenvolver uma postura ativa em relação à fiscalização do uso dos recursos públicos

Pergunta disparadora:

Você sabe como são tomadas as decisões sobre os recursos das escolas públicas? Quem decide onde o dinheiro é investido?

Orientações:

- Divida a turma em grupos;
- Se os estudantes frequentam uma escola pública, podem investigar a própria instituição;
- Se estudam em uma escola particular, podem escolher uma escola pública próxima para realizar a investigação.

Dicas para a escolha

(no caso de escola particular):

- Escolher uma escola do bairro onde moram;
- Escolher a escola pública de um(a) irmão(ã), primo(a) ou amigo(a);
- Escolher uma escola com a qual a turma já tenha tido algum contato por meio de projetos, visitas ou parcerias.

Sugestões de temas para investigar:

- Verbas recebidas do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), fundo que ajuda a pagar os salários dos profissionais da educação e a manter as escolas funcionando. Ele reúne dinheiro dos governos federal, estadual e municipal;
- Verbas de alimentação e manutenção, que servem para garantir comida na escola e cuidar da estrutura do prédio, como consertos e limpeza;

- Condições da infraestrutura (quadra esportiva, ventilação, banheiros);
- Aquisição de livros ou equipamentos;
- Reformas previstas ou já realizadas;
- Número de profissionais por função;
- Participação de estudantes e da comunidade na gestão escolar.

Orientação: cada grupo deve formular de duas a três perguntas específicas, que possam ser respondidas com base em dados concretos, e escolher uma delas para utilizar na próxima etapa.

ETAPA 3 – Redigindo o pedido de informação (simulação)**Atividade prática:**

Os grupos deverão redigir um pedido formal simulado com base na pergunta escolhida, como se fossem enviá-lo por meio da plataforma oficial da LAI (Lei de Acesso à Informação) — por exemplo, pelo e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão) da prefeitura ou do governo estadual.

Estrutura do pedido:

- Utilizar linguagem clara, objetiva e respeitosa;
- Especificar a informação solicitada com precisão;
- Indicar o órgão ou instância pública responsável pela resposta.

EXEMPLO

“Solicito informações sobre o valor total das verbas recebidas pela Escola Municipal Jardim Esperança nos anos de 2022 a 2024, especialmente aquelas relacionadas à merenda escolar e à manutenção predial.”

O(a) professor(a) pode disponibilizar um modelo de formulário ou indicar uma plataforma para simulação. Caso a escola considere viável, um ou dois pedidos podem ser realmente enviados, com o devido acompanhamento.

ETAPA 4 – Compartilhamento e reflexão**Apresentação dos grupos:**

- Nome da escola investigada
- Pergunta escolhida
- Pedido redigido

Discussão:

- Por que essas informações são relevantes?
- Como a LAI pode ajudar a resolver problemas concretos?
- O que aprendemos sobre a importância da transparência na educação pública?

Atividade 3 – Manchetes do Passado

Objetivos:

- Refletir sobre como diferentes meios de comunicação narram fatos políticos e sociais.
- Desenvolver competências de leitura crítica, síntese e produção textual.
- Aprofundar o conhecimento dos principais marcos históricos ligados à transparência e controle social no Brasil.

ETAPA 1 – Contextualização e escolha dos marcos

O(a) professor(a) inicia a atividade retomando a linha do tempo colaborativa, construída pelos próprios estudantes na Atividade 1. Também é importante apresentar novamente a linha do tempo “[Transparência e Controle: avanços e recuos do combate ao mau uso dos recursos públicos](#)”, da Fundação Fernando Henrique Cardoso, que destaca os principais marcos da transparência e do controle no Brasil.

Divida a turma em novos grupos. Em seguida, cada grupo escolhe (ou recebe por sorteio) um marco da linha do tempo para trabalhar.

Exemplo de marco: Lei da Ficha Limpa

Com o objetivo de tornar mais rígidos os critérios para que candidatos possam disputar cargos eletivos no Brasil, a Lei da Ficha Limpa foi aprovada em 2010 como resultado de uma iniciativa popular que reuniu mais de 1,3 milhão de assinaturas.

A principal mudança trazida pela lei foi a ampliação das situações que tornam um cidadão inelegível, ou seja, impedido de se candidatar. A partir da nova legislação, políticos condenados por crimes como corrupção, abuso de poder econômico, lavagem de dinheiro e improbidade administrativa, entre outros, passam a ser impedidos de se eleger por oito anos.

A Lei da Ficha Limpa foi um marco no fortalecimento da transparência eleitoral, reforçando o princípio de que a vida pregressa dos candidatos a cargos públicos deve ser levada em consideração.

ETAPA 2 – Produção jornalística criativa

Em uma democracia, o acesso à informação é um direito fundamental, e a imprensa exerce um papel central nesse processo. Ao investigar, divulgar dados públicos e expor casos de corrupção, jornalistas ajudam a tornar visíveis ações do poder público que, muitas vezes, estariam fora do alcance da população.

A atuação de uma imprensa livre e independente funciona como um mecanismo de controle social: amplia a transparência e fortalece a participação cidadã. Sem liberdade de imprensa, o exercício do poder tende a se afastar do interesse público e da fiscalização popular, comprometendo os princípios democráticos.

Com isso em mente, cada grupo deverá produzir uma capa fictícia de jornal ou uma página de notícia, simulando a cobertura jornalística do momento histórico escolhido, como se fosse uma reportagem da época.

ETAPA 3 – Exposição e debate

Os grupos apresentam suas produções, explicando a manchete criada e o contexto histórico retratado.

Em seguida, os trabalhos são expostos em um “Corredor da Transparência”, para que outras turmas, professores e membros da comunidade escolar possam conhecer as criações.

O(a) professor(a) conduz um debate final, com questões como:

- Como a imprensa pode contribuir para combater o mau uso dos recursos públicos?
- Vocês acham que, atualmente, temos mais ou menos acesso à informação?

Elementos obrigatórios:

- Nome do jornal fictício (exemplo: *Folha da Transparência*)
- Manchete principal (chamada de capa)
- Subtítulo explicativo
- Texto-notícia entre 5 e 8 linhas, em linguagem jornalística
- Imagem, ilustração, caricatura ou montagem (pode ser desenhada, impressa ou digital)

Outras possibilidades criativas:

- Produzir uma tirinha ou charge política sobre o tema.
- Redigir uma carta do leitor, com reação à notícia publicada.

Desdobramentos possíveis

- Produzir uma edição especial digital da “Folha da Transparência”, reunindo todas as manchetes e reportagens dos grupos;
- Comparar as manchetes fictícias com notícias reais da época, promovendo reflexão sobre a linguagem jornalística, os posicionamentos editoriais e o papel da imprensa.

Tenha um plano B

Desafio	Solução
<p>É muito comum que estudantes busquem apenas fontes que confirmem suas crenças pessoais e rejeitem aquelas que contrariam o que já pensam. Esse comportamento é conhecido como viés de confirmação.</p> <p>O viés de confirmação é um verdadeiro obstáculo para a investigação, pois pode distorcer os dados de uma pesquisa, criando a falsa impressão de que há diversas evidências apoiando aquilo que o grupo já acreditava desde o início.</p> <p>Para abordar essa questão com os estudantes, você pode utilizar como referência o material "Corações e mentes: pensando de forma autônoma fora e dentro da internet", produzido pela Plataforma Democrática (Fundação Fernando Henrique Cardoso – Fundação FHC – e Centro Edelstein de Pesquisas Sociais).</p>	<p>Explique previamente o que é o viés de confirmação e oriente os estudantes a sempre analisarem diferentes perspectivas e participarem de debates construtivos.</p>



Passo 2:

Definição do problema

Depois de explorar os efeitos e impactos que a falta de informação pública e a ausência de fiscalização podem gerar para o pleno exercício da democracia, é hora de delimitar, dentro dessa temática, um foco específico para o projeto, por meio da construção de uma pergunta norteadora.

Para isso, é importante orientar os estudantes quanto a alguns pontos essenciais:

- As análises realizadas na busca por um foco para o projeto devem evitar abordagens genéricas ou clichês relacionados à corrupção e à falta de transparência;
- A pergunta norteadora precisa ser realista e representar um problema que possa ser discutido e enfrentado no contexto escolar, considerando o tempo e os recursos disponíveis;
- Uma boa pergunta norteadora deve inspirar a busca por soluções. Para isso, é necessário que ela seja aberta, desafiadora e centrada em ações possíveis.

Atividade 1 – A teia do problema

O objetivo desta atividade é organizar visualmente os problemas e suas consequências identificados na fase de investigação, de forma a favorecer o refinamento e a escolha da questão central do projeto.

ETAPA 1 – Revisando as descobertas

Antes de selecionar um foco específico para o trabalho, é importante retomar as principais descobertas da etapa de investigação. Para isso, nesta atividade, os grupos vão construir um grande mapa mental que organize todos os problemas identificados nas investigações realizadas nas atividades “Investigando a escola”, “Agentes da transparência” e “Manchetes do passado”.

Mapa das descobertas

Utilizando uma cartolina, um quadro ou um mural digital, os estudantes, organizados em duplas ou pequenos grupos, devem escrever no centro da folha a expressão: “Descobertas sobre transparência e controle”.

Ao redor do centro, devem ser distribuídas as principais informações, curiosidades e incômodos identificados durante a fase de investigação.

Para apoiar o processo de retomada da pesquisa, o(a) professor(a) pode propor perguntas mobilizadoras que estimulem a construção do mapa mental:

- O que mais chamou a atenção ou gerou incômodo durante a investigação?
- Quais problemas objetivos foram identificados na pesquisa?
- Quem é diretamente afetado pelos problemas levantados? De que forma são afetados?
- O que despertou maior vontade de agir? Por quê?

Agrupamento por similaridade

Após o trabalho inicial em duplas ou pequenos grupos, os mapas mentais devem ser apresentados à turma. A partir disso, os estudantes devem agrupar temas semelhantes ou que indiquem os mesmos problemas, organizando essas relações em um novo mapa mental coletivo.

ETAPA 2 – Dissecando o problema

a) Escolha do tema

Com base nos agrupamentos da etapa anterior, cada grupo deverá escolher um dos problemas destacados no mapa mental coletivo, priorizando aquele que for mais relevante e viável de ser trabalhado.

Para isso, cada integrante pode votar em até dois problemas. O problema mais votado será o escolhido como foco do projeto.

b) Atividade “5 porquês”

Com o problema definido, o grupo deve aprofundar sua compreensão a partir da técnica dos 5 porquês, buscando torná-lo mais específico.

Inicialmente, cada estudante escreve uma pergunta iniciada com “por que” relacionada ao problema escolhido. Em seguida, o grupo observa todas as questões, elimina repetições e combina perguntas semelhantes, elaborando uma lista final que ajude a revelar os efeitos e desdobramentos do problema.

Exemplo

Problema: A comunidade da Escola Municipal Rua das Flores não sabe como a verba de manutenção é utilizada.

1° Por que?

Por que a informação não é divulgada de forma clara?

2° Por que?

Por que é importante ter acesso a essa informação?

3° Por que?

Por que a comunidade não desenvolve uma cultura de controle social ativo?

4° Por que?

Por que não se compreende que essa informação é um direito da comunidade?

5° Por que?

Por que não existe um canal acessível para disponibilizar essa informação?

c) Registro das respostas

Após debater coletivamente cada pergunta, o grupo deve registrar as respostas em um quadro, cartaz ou caderno.

Ao final, é importante que reflitam sobre o que compreenderam do problema: quais são seus efeitos sobre a comunidade e quais são as possíveis causas de origem (causa raiz).

ETAPA 3 – Formulando a pergunta norteadora

Com a compreensão aprofundada do problema, é hora de transformá-lo em uma **pergunta norteadora**, utilizando a seguinte estrutura:

Como podemos + (ação possível) + para (grupo afetado) + (contexto identificado)?

Exemplo

Problema: A falta de uma cultura de controle social ativo impede que a comunidade da Escola Rua das Flores saiba como a verba de manutenção é utilizada.

Pergunta norteadora:

Como podemos criar um canal de comunicação transparente na Escola Rua das Flores para engajar responsáveis e estudantes na fiscalização do uso da verba de manutenção?

ETAPA 4 – Checklist de validação da pergunta

Antes de finalizar a pergunta norteadora, o grupo deve verificar se ela atende aos critérios abaixo. Caso a resposta para algum item seja “não”, é necessário revisar a formulação da pergunta.

Público-alvo	Situação
É clara e específica?	Sim () Não ()
É viável de ser tratada no projeto?	Sim () Não ()
É inspiradora e relevante para todos do grupo?	Sim () Não ()
Deixa claro quem é afetado pelo problema?	Sim () Não ()

Caso o grupo conclua que a resposta para um ou mais itens da tabela de validação acima seja “não”, deverá retornar à etapa de construção da pergunta, com o objetivo de aperfeiçoá-la.

ETAPA 5 - Conclusão

Ao final desta atividade, cada grupo deve registrar, em uma folha ou documento a ser compartilhado com toda a turma e com o(a) professor(a), as seguintes informações:

Pergunta norteadora:

Justificativa:
(Explique os motivos pelos quais esse foi o desafio escolhido pelo grupo)

Análise das correções

É importante que, após a definição do problema, os grupos compartilhem entre si os desafios escolhidos para seus projetos, trocando *feedbacks* (comentários avaliativos) que contribuam para o aperfeiçoamento final.

Tenha um plano B	
Desafio	Solução
Dificuldade em delimitar um problema viável e claro para o projeto.	Incentive os grupos a subdividir o problema em partes menores e mais específicas, facilitando sua análise. Além disso, oriente-os a dedicar mais tempo à elaboração de uma boa pergunta norteadora, garantindo que ela seja realista, aberta e alinhada aos recursos e ao contexto escolar.



Passo 3:

Ideação

Agora que os estudantes já fizeram a pergunta norteadora e conseguiram identificar o problema, chegou o momento de estimular a construção de ideias criativas e inovadoras para resolvê-lo. A fase de ideação é fundamental para que os estudantes consigam explorar diferentes possibilidades de solucionar o desafio escolhido.

Para isso, os estudantes devem ser incentivados a pensar de forma original, sem medo de errar. O objetivo desta etapa não é encontrar uma solução definitiva, mas buscar o máximo de possibilidades para, então, selecionar aquelas mais viáveis.

Durante esse percurso, o(a) professor(a) deve fomentar a criação de um ambiente aberto e colaborativo, onde as propostas dos estudantes sejam valorizadas. Incentive os estudantes a pensarem além do óbvio, fazendo conexões com conhecimentos de diversas áreas e investigando referências de soluções nacionais e internacionais para o problema.

Atividade 1 – Círculo de Especialistas

O objetivo desta atividade é ampliar o repertório e a empatia dos estudantes ao explorar diferentes perspectivas sobre o problema identificado, estimulando a formulação de soluções mais completas, realistas e inovadoras.

ETAPA 1 – Escolhendo papéis

Dentro de cada grupo, cada estudante assume temporariamente um papel e deve “entrar na pele” de um especialista ou personagem envolvido com a temática do projeto.

Papéis sugeridos:

- Gestor público (ex.: secretário de educação, vereador, diretor de escola)
- Morador afetado (ex.: mãe de aluno, comerciante local)
- Jovem ativista (engajado com causas sociais ou ambientais)
- Jornalista investigativo (focado em dados públicos)
- Estudante da rede pública
- Professor ou coordenador pedagógico
- Servidor da ouvidoria
- Membro de uma organização não governamental (ONG) de controle social

Dicas:

- Os papéis podem ser adaptados conforme o foco do projeto de cada grupo.
- Eles podem ser distribuídos por sorteio (em fichas) ou escolhidos pelos próprios estudantes.
- É importante garantir que cada integrante do grupo represente um papel diferente.

ETAPA 2 – Imersão nos papéis

Cada integrante deve ler ou escutar uma breve descrição do papel que assumiu. Você pode preparar mini-fichas com falas introdutórias, como:

“Você é um jornalista investigativo que precisa mostrar para a comunidade como os recursos públicos estão sendo utilizados, mesmo que isso incomode algumas pessoas.”

Oriente os estudantes a pensar como essa pessoa pensaria:

- Quais são os seus interesses?
- Quais são os seus medos ou limitações de atuação?
- Que tipo de solução essa pessoa apoiaria?
- Que tipo de solução ela resistiria em aceitar?

ETAPA 3 – Rodada de discussão

Ainda incorporando seus papéis, os grupos devem discutir coletivamente as seguintes questões:

- Qual é o problema que estamos tentando resolver?
- O que me preocupa, como especialista?
- Que tipo de solução eu gostaria de ver implementada?

ETAPA 4 – Inspiração cruzada

Se os grupos estiverem com dificuldades para gerar ideias ou apresentarem baixa criatividade, o(a) professor(a) pode propor uma rodada de inspiração com base em diferentes fontes:

1. Soluções de outros grupos da turma

Incentive a troca de ideias entre os grupos. Ouvir as propostas de colegas pode gerar novas conexões e perspectivas para enriquecer os próprios projetos.

- Que tipo de solução seria inviável ou problemática sob minha perspectiva?
- Que outras pessoas ou instituições precisam ser envolvidas na solução?

Ao final da conversa, os estudantes devem registrar, com base na troca entre os diferentes pontos de vista, pelo menos três ideias de solução.

2. Casos reais de controle social

Os grupos podem explorar iniciativas já implementadas na sociedade para compreender como cidadãos e instituições têm enfrentado desafios semelhantes.

Algumas sugestões:

- [Portal Brasil.IO](#) – Banco de dados públicos sobre finanças, saúde, política e outros temas.
- [Meu Município](#) – Plataforma que reúne dados sobre finanças públicas municipais.
- [Transparência Brasil](#) – Organização social que busca promover a transparência e o controle social do poder público.

Após a pesquisa, cada grupo deve escolher uma ou duas dessas experiências para analisar e refletir, respondendo às seguintes perguntas:

- O que podemos aprender com essas ideias?
- O que poderíamos adaptar para o nosso contexto?
- Quais elementos podemos combinar com nossas ideias iniciais?

ETAPA 5 – Avaliação em critérios

Agora é o momento de eleger as ideias mais promissoras. Cada grupo deve escolher duas ou três propostas com base em critérios que ajudem a identificar quais têm maior potencial de impacto e viabilidade.

Critério	Exemplo de pergunta
Impacto	Essa ideia pode gerar transformação real na comunidade escolar?
Viabilidade	Conseguimos colocá-la em prática com os recursos e o tempo disponíveis?
Criatividade	É uma ideia original ou inusitada?
Envolvimento comunitário	Essa ideia envolve, mobiliza ou beneficia outras pessoas da comunidade?

ETAPA 6 – Registro da Ideação e seleção da ideia

Com base nos critérios avaliados, cada grupo deverá:

- 1. Selecionar** as ideias consideradas mais promissoras.
- 2. Justificar a escolha**, explicando por que acreditam no potencial da proposta.
- 3. Apresentar** a ideia para a turma, em um formato livre (exposição oral, cartaz, vídeo, apresentação digital etc.), promovendo uma rodada de *feedbacks* entre os grupos antes do início da próxima etapa do projeto.



Passo 4:

Planejamento

O planejamento é a fase em que os estudantes organizam um plano para colocar em prática soluções que ajudem a garantir mais transparência e controle social.

Para que isso aconteça de forma estruturada e significativa, é importante que o(a) professor(a) oriente a turma na:

- definição de objetivos específicos a serem alcançados;
- identificação dos recursos necessários (humanos, materiais, financeiros ou tecnológicos);
- antecipação de possíveis desafios e obstáculos para a execução da proposta.

O planejamento deve considerar as especificidades culturais, sociais e territoriais relacionadas ao problema de trabalho de cada grupo. Essa atenção ao contexto garante que as soluções propostas sejam sensíveis, viáveis e relevantes para a comunidade envolvida. A construção de um planejamento estruturado ajuda os estudantes a desenvolverem propostas mais concretas, seguras e com maior potencial de impacto na comunidade.

Para isso, é importante que os grupos sejam orientados a:

- **Definir objetivos específicos**, identificando quais são os resultados esperados com a solução proposta e como será possível verificar se o impacto de fato acontecerá;
- **Identificar os recursos necessários** para a execução da proposta, como materiais, possíveis fontes de financiamento, apoio de pessoas com conhecimento técnico e parcerias com a comunidade ou com a escola;
- **Organizar o processo de implementação**, estabelecendo uma sequência clara de etapas, definindo quem será responsável por cada uma delas e em que momento serão realizadas;
- **Antecipar possíveis desafios** para a realização da proposta e pensar em estratégias para superá-los, garantindo que o plano seja realista.

Atividade 1 – Canvas do projeto

O objetivo desta atividade é organizar, de forma visual, todas as etapas necessárias para o desenvolvimento do projeto, identificando os recursos necessários e os responsáveis por cada tarefa.

ETAPA 1 – Apresentação da ferramenta

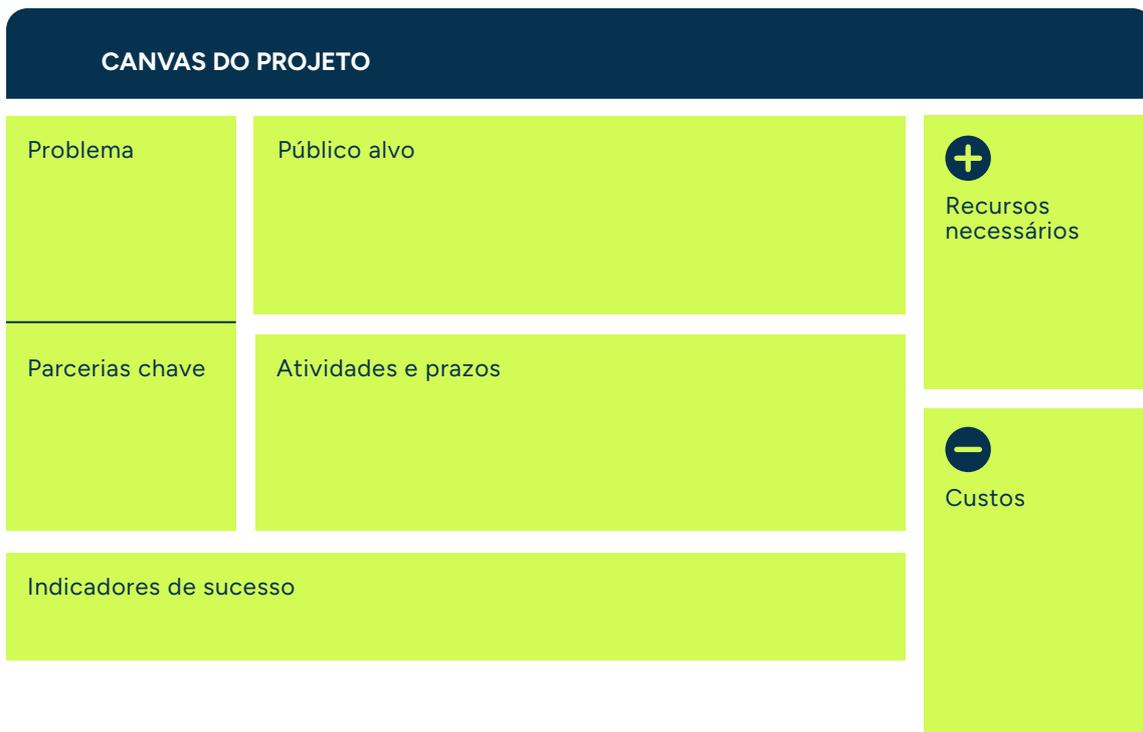
Antes de utilizar o canvas do projeto como estratégia de planejamento, é importante que os estudantes compreendam bem a ferramenta e saibam como utilizá-la. Esta etapa deve ser dedicada à explicação de cada um dos campos do canvas, com exemplos práticos e espaço para tirar dúvidas.

Mais do que apenas apresentar os campos, é importante que o(a) professor(a) conduza uma conversa orientadora com a turma, explorando possíveis respostas e promovendo reflexões a partir das realidades dos próprios grupos.

A seguir, estão algumas perguntas-chave que podem ajudar no preenchimento do canvas:

- Qual é o problema específico que o grupo pretende resolver com o projeto?
- Qual é a ideia principal para solucionar esse problema?
- Quem será o público beneficiado pela proposta?
- Quais materiais, equipamentos, conhecimentos, processos ou pessoas serão necessários para desenvolver o projeto?
- Quem pode colaborar com o grupo na execução do projeto? (Ex.: outros professores, departamentos da escola, organizações da sociedade civil, especialistas etc.)
- Quais são as principais ações que o grupo precisa realizar?
- O que se espera alcançar com o projeto? Como ele vai contribuir para a transparência ou o controle social?
- Como o grupo saberá se o projeto foi bem-sucedido? (Ex.: número de participantes, qualidade dos produtos gerados, feedbacks, alcance da comunicação.)

Modelo para canvas de projeto:



ETAPA 2 - Preenchimento colaborativo do canvas

Nesta etapa, os integrantes de cada grupo devem discutir coletivamente o preenchimento do canvas, garantindo que todas as informações relevantes estejam contempladas.

É fundamental que o(a) professor(a) acompanhe de perto esse processo, incentivando os estudantes a irem além das ideias iniciais. O objetivo é aprofundar

a elaboração do projeto, detalhando ações, processos e recursos necessários para sua realização.

Ao final, o canvas deve permitir uma visualização clara e completa de todas as etapas do projeto, tornando seu desenvolvimento mais organizado e compreensível para qualquer pessoa que o consulte.

ETAPA 3 - Compartilhamento e refinamento

Nada melhor para validar um planejamento do que ouvir feedbacks construtivos dos colegas e do professor. Com os canvas preenchidos, cada grupo deve apresentar seu plano para a turma e ouvir sugestões e contribuições dos colegas e do(a) professor(a), com o objetivo de aprimorá-lo.

Após as apresentações, reserve um tempo para que cada grupo possa realizar os ajustes e refinamentos necessários, com base nos retornos recebidos.

Tenha um plano B

Desafio	Solução
Dificuldade em traduzir as propostas de ação em um plano concreto, realista e viável.	Apresente aos estudantes ferramentas de apoio à organização, como: cronogramas (com prazos adequados para cada etapa), listas de tarefas, matrizes de responsabilidades (definição clara das tarefas e dos responsáveis) e listas de recursos (levantamento completo do que será necessário para a execução do projeto).



Passo 5:

Execução

Depois de planejar detalhadamente o desenvolvimento da solução, chegou a hora de botar a mão na massa e dar vida à solução pensada pelo grupo. Um aspecto essencial dessa etapa de execução é evitar que os estudantes avancem apressadamente para a versão final da proposta. Antes disso, é importante que tenham a oportunidade

de testar hipóteses, ou seja, prototipar. A prototipagem permite experimentar, ajustar e aprimorar a ideia inicial, aumentando as chances de desenvolver uma solução mais eficiente, realista e adequada ao contexto.

Atividade 1 – Refinando a solução

O objetivo desta atividade é guiar os estudantes na implementação e no aprimoramento da solução proposta, por meio de um ciclo estruturado de prototipagem, teste e coleta de *feedback*, com o objetivo de fortalecer o impacto e a eficácia do projeto.

ETAPA 1 – Entendendo a prototipagem em projetos sociais

Antes de começar a elaboração das soluções, é importante que os estudantes compreendam como funciona o processo de prototipagem no contexto de projetos com foco social.

Por isso, cabe ao(a) professor(a) promover uma conversa com a turma para garantir que todos entendam o papel estratégico da prototipagem e suas características específicas quando aplicadas a iniciativas voltadas à transparência e ao controle social.

É comum associar o conceito de protótipo apenas a produtos físicos. No entanto, em projetos sociais, a prototipagem pode assumir diferentes formas: uma ação social, uma simulação, uma etapa da solução imaginada ou até mesmo uma ação piloto.

O mais importante é que os estudantes compreendam que prototipar significa testar uma versão simplificada da solução final. Isso permite ajustes rápidos, com menor custo e maior agilidade, contribuindo para o aperfeiçoamento da proposta antes de sua implementação em escala maior.

Para ilustrar possibilidades de prototipagem aplicadas a esse tipo de projeto, o(a) professor(a) pode apresentar alguns exemplos:

- **Storyboard** (roteiro ilustrado com sequência de quadros ou cenas) de um vídeo educativo sobre o uso do dinheiro público.
- **Formulário de pesquisa simplificado** para coletar a opinião da comunidade sobre um serviço local.
- **Maquete ou desenho** de um mural informativo sobre a gestão da escola.
- **Simulação de uma reunião pública** para debater um tema de interesse coletivo.

ETAPA 2 – Definindo a 1ª versão do protótipo

Agora que todos compreenderam o conceito de protótipo, chegou o momento de definir como a solução do grupo será testada.

É importante que os estudantes entendam que o protótipo não precisa ser perfeito, mas deve ser funcional o suficiente para permitir que a ideia seja testada, avaliada e aprimorada com base na experiência real de uso.

Para que o teste seja eficaz, é necessário planejar com atenção os seguintes aspectos:

- **Elementos essenciais do protótipo:** Quais partes da solução precisam estar presentes no protótipo para que o teste gere aprendizados relevantes? O que é indispensável para que as pessoas compreendam a proposta e possam interagir com ela?
- **Público-alvo do teste:** Quem irá testar o protótipo? Estudantes? Professores? Responsáveis? Integrantes da comunidade? É importante que o público escolhido represente quem será afetado ou beneficiado pela solução.
- **Contexto do teste:** Onde e como o protótipo será testado? Em sala de aula? Em um espaço público da escola? De forma digital? É necessário pensar em um ambiente adequado para a aplicação do teste.
- **Critérios de observação e registro:** O que deve ser observado durante o teste? Como será feito o registro dos resultados? O grupo deve identificar comportamentos, reações, dúvidas, elogios e sugestões dos participantes.

ETAPA 3 – Execução do teste e coleta de *feedback*

Com o planejamento definido, é hora de colocar a mão na massa e testar a proposta de solução, seguindo as orientações do **canvas do projeto** e o **plano de teste** elaborado por cada grupo.

Durante o teste, é fundamental coletar o máximo de *feedback* possível. Isso permitirá que os estudantes entendam o que funcionou, o que precisa ser ajustado e como podem aprimorar sua proposta.

Estratégias para coleta de *feedback*:

- **Observação direta:** acompanhar como o público interage com o protótipo, observando reações, dúvidas e dificuldades;
- **Entrevistas rápidas:** aplicar perguntas abertas aos participantes sobre a experiência com o protótipo;
- **Formulários simples:** coletar respostas sobre pontos específicos da solução, como clareza, relevância e usabilidade.

ETAPA 4 – Análise do *feedback* e interação

Após o teste, os grupos devem se reunir para refletir sobre os *feedbacks* recebidos e responder coletivamente:

- O que funcionou bem?
- O que precisa ser melhorado?
- Que sugestões recebidas podem ser incorporadas?

Com base nessa análise, os grupos devem realizar os ajustes necessários no protótipo ou na proposta principal. Esse ciclo de **prototipar, testar, coletar *feedback* e iterar** pode ser repetido quantas vezes forem necessárias, respeitando o tempo disponível para o projeto.

ETAPA 5 – Diário de bordo da execução:

Para tornar o processo mais reflexivo e formativo, cada grupo deve manter um **Diário de Bordo**, registrando:

- As versões do protótipo e datas dos testes;
- Os principais *feedbacks* recebidos;
- As mudanças realizadas e seus motivos;
- Os desafios enfrentados e as soluções encontradas;
- As aprendizagens significativas da equipe ao longo do processo.

Tenha um plano B

Desafio	Solução
Manter o engajamento dos estudantes diante da complexidade e dos obstáculos durante o desenvolvimento da solução.	<ul style="list-style-type: none">• Promover acompanhamento contínuo por meio de reuniões regulares e definição de pontos de controle;• Valorizar pequenas conquistas como parte do avanço coletivo;• Estimular reflexões individuais e em grupo sobre aprendizados, avanços e desafios superados;• Criar um ambiente de apoio e encorajamento, destacando o valor do processo e não apenas do produto final.



Passo 6:

Socialização

Após a conclusão do projeto, os estudantes podem dedicar um momento para compartilhar os resultados com a comunidade, evidenciando como suas ações contribuíram para a conscientização sobre transparência, acesso à informação pública e controle social.

A socialização vai além de uma simples apresentação: trata-se de uma ação pedagógica e política, que fortalece o

exercício da cidadania e promove o diálogo entre escola e sociedade.

Ao preparar esse momento, o professor deve incentivar os grupos a adaptarem linguagem, recursos visuais e formato de apresentação para dialogar com diferentes públicos (estudantes, famílias, comunidade, autoridades locais etc.).

Atividade 1 – Feira da transparência ativa

O objetivo desta atividade é proporcionar um espaço para que os estudantes apresentem suas soluções e aprendizados à comunidade escolar e convidados, promovendo o diálogo e o exercício da participação cidadã.

ETAPA 1 – Preparação da feira

Definição

Escolher, junto à equipe gestora, o espaço mais adequado para acolher o evento.

Organização dos Estandes

Cada grupo deve contar com um estande próprio, customizado para expor:

- a trajetória do projeto;
- os protótipos ou soluções desenvolvidas;
- materiais de pesquisa, fotos, cartazes e portfólios.

Convite à Comunidade

Estimule os estudantes a pensar em públicos relevantes para o projeto, como:

- pais e responsáveis;
- moradores do bairro;
- colegas de outras escolas;
- representantes do poder público e organizações sociais.

ETAPA 2 – Durante a feira

Com tudo planejado e montado, chegou o momento de receber os visitantes e apresentar as principais descobertas e soluções desenvolvidas pelos grupos. Para que a feira seja um sucesso, alguns aspectos são fundamentais:

1. Apresentação ativa

Os estudantes devem estar preparados para apresentar seus projetos de forma clara, acolhedora e engajada. Mais do que exibir materiais, o objetivo é dialogar com os visitantes, explicando a proposta, ouvindo perguntas e promovendo trocas significativas. O protagonismo dos estudantes deve ser o centro da experiência.

2. Mural de ideias e sugestões

Uma ótima forma de criar conexão com o público é montar um espaço interativo onde os visitantes possam deixar comentários, sugestões de desdobramentos ou ideias para futuras ações. Esse mural pode assumir formatos variados: post-its em um painel, formulário digital ou cartazes.

É importante que um estudante fique responsável pela mediação desse espaço, incentivando a participação dos visitantes e valorizando suas contribuições.

3. Rodas de conversa temáticas

Outra estratégia potente para aprofundar o diálogo é a realização de pequenas rodas de conversa em horários específicos, reunindo participantes de diferentes grupos. Essas rodas devem promover reflexões sobre os temas abordados ao longo do projeto, como “O papel da Lei de Acesso à Informação no cotidiano” ou “Como monitorar o uso de recursos públicos”.



Avaliação

A avaliação processual tem papel central na Aprendizagem Baseada em Projetos, pois permite acompanhar o desenvolvimento dos estudantes ao longo das diferentes etapas do trabalho. Esse tipo de avaliação promove uma aprendizagem mais profunda e significativa, ao oferecer orientação contínua e incentivar a autorreflexão, o senso de autocrítica e a busca por melhorias constantes.

Rubricas: critérios mais claros para orientar e avaliar

Uma estratégia eficaz para estruturar a avaliação de projetos é o uso de rubricas, que são instrumentos que descrevem com clareza os critérios e os níveis de desempenho esperados em cada etapa do projeto.

As rubricas:

- ajudam os estudantes a compreenderem o que se espera deles;
- promovem maior autonomia e autorregulação da aprendizagem;
- oferecem uma base objetiva para a avaliação por parte do(a) professor(a);
- favorecem o *feedback* construtivo e o reconhecimento de pontos a melhorar.

O que é possível avaliar por meio de rubricas:

- a qualidade da pesquisa realizada;
- a criatividade e aplicabilidade da solução proposta;
- a colaboração e o trabalho em equipe;
- a clareza e eficácia da comunicação;
- o alinhamento da proposta ao contexto e aos objetivos do projeto.

Dessa forma, os estudantes passam a compreender com clareza os critérios de avaliação, o que os ajuda a direcionar seus esforços para alcançar os objetivos propostos.

Portfólio: registros e reflexões do percurso

Outra forma valiosa de acompanhar o percurso dos estudantes é por meio da construção de um portfólio, que funciona como uma coleção organizada de:

- produções realizadas (relatórios, esboços, protótipos, imagens, vídeos);
- reflexões pessoais e coletivas sobre os desafios enfrentados, aprendizados conquistados e pontos de superação.
- registros de processos (anotações, fichas de planejamento, mapas conceituais);

Esse instrumento estimula a metacognição e valoriza não apenas o produto final, mas a jornada de aprendizagem de cada grupo e estudante.

Outras estratégias de avaliação processual

Além das rubricas e dos portfólios, o(a) professor(a) pode adotar outras práticas complementares de acompanhamento e avaliação ao longo do projeto:

- **Observação em sala de aula**
Participação, engajamento, escuta ativa e colaboração durante as atividades.
- **Revisões e feedback contínuo**
Momentos planejados para retorno qualitativo e ajustes no desenvolvimento das propostas.
- **Registros individuais e em grupo**
Documentação de etapas, estratégias adotadas e decisões tomadas.
- **Autoavaliação e coavaliação**
Reflexão dos próprios estudantes sobre seu desempenho individual e coletivo, incluindo a escuta qualificada dos colegas.
- **Apresentações intermediárias**
Relatos parciais dos avanços do projeto, promovendo trocas e escuta entre pares.

Tenha um plano B

Nem sempre temos o tempo ideal (ou o necessário) para desenvolver todas as etapas de um projeto pedagógico. Isso pode ser ainda mais evidente quando se trata do trabalho com PBL (Aprendizagem Baseada em Projetos), que pressupõe diversas etapas, dedicação prolongada e, principalmente, tempo para reflexão e aprofundamento.

Quando a execução completa do projeto se mostra inviável, é possível adotar estratégias que preservem a essência do trabalho por projetos, mesmo com tempo reduzido.

Combinar etapas do projeto

Uma alternativa eficaz é condensar as seis etapas tradicionais em três, agrupando atividades com objetivos complementares. A versão simplificada pode ser organizada assim::

Etapa 1: Exploração

Exploração (Investigação + Definição do problema)

Etapa 2: Criação

(Ideação + planejamento da solução)

Etapa 3: Ação

(Execução + socialização dos resultados)

Essa estrutura mantém o ciclo básico de aprendizagem: explorar, criar e agir — com tempo otimizado e foco no essencial.

Eliminar alguns passos do processo

Se não for possível implementar a solução completa, o grupo pode concentrar seus esforços na produção de um plano detalhado, protótipo ou simulação da proposta.

Exemplo:

Se a solução escolhida for uma campanha de conscientização, os estudantes podem apresentar:

- o planejamento das ações;
- os meios de comunicação escolhidos;
- as peças publicitárias propostas (cartazes, vídeos, postagens);
- o cronograma de divulgação e os públicos-alvo.

Dessa forma, o pensamento estratégico e a capacidade de planejamento continuam sendo desenvolvidos, mesmo sem a implementação prática.

Simplificar a etapa de socialização

Outra forma de otimizar o tempo é reduzir a complexidade da socialização, privilegiando formatos mais simples e rápidos de apresentação:

- exibição dos projetos em pequenos grupos ou rodas de conversa;
- uso de registros escritos ou visuais, como murais, painéis, cartazes ou vídeos curtos;
- apresentações em formato de galeria ou com rodízio de grupos em sala.

O importante é manter o momento de compartilhamento das aprendizagens, ainda que de maneira mais enxuta.

Expediente

Este roteiro pedagógico foi inspirado pelo projeto “*Linhas do Tempo*”, desenvolvido pela Fundação FHC para retratar a história social e política do Brasil entre 1985 e 2018. Neste registro histórico, são levantados temas centrais para a construção da cidadania e da democracia no Brasil: direitos de minorias (negros, mulheres, indígenas, LGBTQIAPN+), meio ambiente, uso e propriedade da terra, educação e saúde.

Porvir

Diretora Executiva:
Tatiana Klix

Idealização do projeto:
Marina Lopes
Regiany Silva
Tatiana Klix

Edição do roteiro:
Vinícius de Oliveira
Danilo Mekari

Autoria do roteiro:
Renata Salomone
Heloize Charret

Direção de arte:
Regiany Silva

Diagramação:
Manuela Ribeiro

Revisão de texto:
Vinícius de Oliveira

Fundação FHC

Direção Geral:
Sergio Fausto

Cocriação temática e revisão técnica do roteiro:
Beatriz Kipnis
Isabel Penz
Sergio Fausto



FUNDAÇÃO

FERNANDO
HENRIQUE
CARDOSO